



CONSELHO  
REGIONAL DE  
PSICOLOGIA  
MINAS GERAIS

## CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 4ª REGIÃO

### ATA DE REUNIÃO PLENÁRIA

#### ATA DA 6ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CRP-MG – XVIII PLENÁRIO REALIZADA EM 06/12/2025.

Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, com início às 09h realizou-se a 6ª Reunião Plenária Ordinária do XVIII Plenário do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG). Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG). Estiveram presentes as(os)(es) Conselheiras(os) Efetivas(os): Andre Luiz Moreno da Silva, Andressa Moreira Antunes, Cintia Coelho dos Santos (online), Daniel dos Santos Saldanha de Freitas Camilo, Fabiana Alcântara Santos da Conceição, Isabelle Oliveira Pereira, João Paulo da Silva Morais, José Alberto Manoel dos Santos, Laura Costa Lobo, Lucas Fernandes Ayres Pinto, Luciana Rodrigues Vasconcellos (online), Nayara Priscila Koda Teixeira, Sara Edith Souza de Assis Leão e Tobias de Medeiros Chaves Ferreira. Conselheiras(os) Suplentes: Aline Beatriz Alvarenga Albino Vaz (online), Ana Clara Gomes Braga, André Correa Ferreira, Angela Maria Valentim Gonçalves, Clarissa Assis Pereira Gomes, Fernanda Coelho dos Santos Moreira (online), João Carlos da Silva Batista, Juliana Mendes Alves, Juliana Nassau Fernandes, Patrícia de Fátima Pantaleão, Samantha Alves Pereira de Souza (online). **Justificativas de ausência**: Edilson Felipe Domingues, Kátia Regina Beal Rodrigues e Bruno Stefani Ferreira de Oliveira. **Quórum de Conselheiras(os)(es) Efetivas(os)(es)**: Foi verificado o quórum das(os) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes, totalizando 14, tendo o Plenário elevado à condição de Conselheiro efetivo, João Carlos da Silva Batista. **Assuntos tratados: Pontos de Pauta: COE**: O Conselheiro Tobias Ferreira apresentou os seguintes pontos de pauta: 000059/2022-59: Parecer fundamentado com proposta de arquivamento do processo investigativo. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 10 deram anuência quanto a proposta de Arquivamento do Processo Investigativo. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis o Arquivamento do Processo Investigativo. Não houve abstenções. 000015/2023-18: Parecer fundamentado com proposta de instauração do processo investigativo. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 10 deram anuência quanto a proposta de Instauração do Processo Investigativo. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis a Instauração do Processo Investigativo. Não houve abstenções. 000070/2023-08: Parecer fundamentado com proposta de instauração do processo investigativo. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 10 deram anuência quanto a proposta de Instauração do Processo Investigativo. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis a Instauração do Processo Investigativo. Não houve abstenções. 000084/2023-13: Parecer fundamentado com proposta de arquivamento do processo investigativo. **Deliberação**: Aberto para Manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 10 deram anuência quanto a proposta de Arquivamento do Processo Investigativo. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis o Arquivamento do Processo Investigativo. Não houve abstenções. 000044/2024-52: Parecer fundamentado com proposta de instauração do processo investigativo. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 10 deram anuência quanto a proposta de Arquivamento do Processo Investigativo. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis o Arquivamento do Processo Investigativo. Não houve abstenções. 000074/2022-05: Parecer fundamentado com proposta de arquivamento do processo investigativo. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 10 deram anuência quanto a proposta de Arquivamento do Processo Investigativo. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis o Arquivamento do Processo Investigativo. Não houve

abstenções. 000023/2022-75: Parecer fundamentado com proposta de arquivamento do processo investigativo. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 10 deram anuência quanto a proposta de Arquivamento do Processo Investigativo. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis o Arquivamento do Processo Investigativo. Não houve abstenções. 000057/2023-41: Parecer fundamentado com proposta de instauração do processo investigativo. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 10 deram anuência quanto a proposta de Arquivamento do Processo Investigativo. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis o Arquivamento do Processo Investigativo. Não houve abstenções. 000085/2023-68: Parecer fundamentado com proposta de instauração do processo investigativo. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 10 deram anuência quanto a proposta de Arquivamento do Processo Investigativo. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis o Arquivamento do Processo Investigativo. Não houve abstenções. 000101/2023-12: Parecer fundamentado com proposta de arquivamento do processo investigativo. **Deliberação**: Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 10 deram anuência quanto a proposta de Arquivamento do Processo Investigativo. Aberto para votação (aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) aprovaram por 15 votos favoráveis o Arquivamento do Processo Investigativo. Não houve abstenções. Pontos de Pauta: Apresentação ao Plenário sobre Planejamento Estratégico: O Conselheiro André Moreno apresentou o Sr. Paulo Canarim representante da empresa Nautilus Ltda. (Uttara Estratégia) que conversou sobre as necessidades, desafios e objetivos da implementação de um Planejamento Estratégico. Em sua fala inicial, o Sr. Paulo Canarim destacou a necessidade de transpor os princípios teóricos da autarquia para resultados práticos, enfatizando que um planejamento só tem validade se for executável e monitorado. Para isso, propôs uma metodologia que conecta a identidade institucional (missão, visão e valores) a um rigoroso acompanhamento operacional, evitando que as metas se tornem documentos estáticos e sem aplicação no cotidiano do Conselho. A estratégia sugerida baseia-se no uso de ferramentas integradas de gestão. No nível estratégico, o consultor propôs o uso de OKRs para definir objetivos claros e indicadores de resultado mensuráveis, como o aumento das ações de fiscalização. No nível tático, a ferramenta 5W2H será utilizada para detalhar os responsáveis, prazos e custos de cada ação, enquanto o nível operacional será gerido por meio de quadros Kanban para o acompanhamento diário das tarefas. Paulo também ressaltou a importância da Matriz SWOT para antecipar ameaças fiscais ou legais e potencializar as forças da nova gestão. Por fim, o debate trouxe uma visão inovadora para o papel do Conselho: o suporte ao psicólogo em sua dimensão empreendedora. O consultor e as(os) Conselheiras(os) discutiram a criação de programas de mentoria para profissionais recém-formados, abordando temas como gestão de consultórios e formação de preços. O objetivo é fortalecer a representatividade da categoria, garantindo que o psicólogo receba não apenas orientações éticas, mas também ferramentas práticas para se consolidar no mercado de trabalho e exercer a profissão de forma sustentável. As(os) Conselheiras(o) questionaram como o planejamento estratégico poderia integrar ações específicas para profissionais vítimas de assédio dentro do próprio setor. Em resposta, o consultor Paulo Canarim comentou que o combate ao assédio deve ser tratado como um objetivo estratégico central, com indicadores de sucesso (KPIs) claros para mensurar a redução de casos. Foi debatida a necessidade de uma ouvidoria imparcial, com a sugestão da participação de pessoas externas para garantir a segurança dos denunciadores, enquanto o consultor Paulo Canarim ressaltou que membros internos podem atuar, desde que resguardados por políticas de sigilo e ética. Foi apresentada uma analogia sobre comprometimento e cooperação, enfatizando que o sucesso do planejamento depende de um engajamento profundo do grupo, e não apenas de uma cooperação superficial. Destacou-se que a empatia entre colegas é fundamental para que o planejamento não se torne apenas um "PDF de gaveta". As(Os) Conselheiras(os) manifestaram preocupação com as limitações impostas por legislações e normas federais (CFP) e regionais, que poderiam inviabilizar ações planejadas. O consultor Paulo Canarim tranquilizou o plenário, afirmando que o planejamento estratégico serve justamente para encontrar caminhos legais e normativos viáveis para atingir os objetivos, sendo a adequação jurídica um processo natural da execução em autarquias. Houve proposta de criação de uma "metodologia de segurança" que torne os planos estratégicos estáveis, independentemente das trocas de gestão a cada três anos. O objetivo é evitar que novas chapas interrompam projetos em andamento por critérios puramente subjetivos. O consultor Paulo Canarim anuiu, afirmando que a normatização dos processos garante essa estabilidade institucional. A Conselheira Samantha Alves indagou sobre a priorização entre as promessas de campanha e as demandas emergenciais que surgem no cotidiano. O consultor Paulo e os Conselheiros presentes explicaram que a diretoria deve estabelecer essa hierarquia com base em verbas

e disponibilidade humana. Ressaltou que os novos conselheiros estão em um período de "ambientação", o que não deve ser visto como atraso, mas como parte essencial do processo de aprendizado cultural e operacional. A conselheira Samantha Alves sugeriu que as discussões técnicas mais profundas fossem levadas ao workshop previsto para o final de janeiro. O Conselheiro André Moreno informou que o consultor Paulo terá o apoio de figuras experientes, como o ex-presidente Rogério e a consultora Carla. Ficou acordada uma reunião prévia na segunda semana de janeiro para alinhar fluxogramas e processos de contratação interna antes do evento principal.

Comissão de Análise para Concessão do Registro de Psicóloga Especialista – CARPE: A Conselheira Juliana Nassau Fernandes relatou os avanços na digitalização dos processos da Comissão. Informou que, em colaboração com o setor de TI, foi implementado um formulário via *Google Forms* para homogeneizar a coleta de dados e facilitar as solicitações dos profissionais. Ressaltou que, embora o uso do login Gmail seja uma exigência temporária do sistema atual, a medida já reduziu significativamente o tempo de análise nas reuniões. Sob a supervisão de Silvana, a colaboradora Lavínia estruturou planilhas que tornaram as informações mais visíveis e de fácil manejo para os conselheiros. Foi identificada uma lacuna na resolução vigente quanto à clareza dos documentos necessários para comprovar a experiência profissional. A Conselheira informou que a colaboradora Larissa Furtado está encarregada de estruturar diretrizes internas mais precisas. O objetivo é amarrar cada critério da resolução a documentos específicos, conferindo maior agilidade e segurança jurídica às decisões da Comissão. A Conselheira Juliana detalhou os principais desafios que a autarquia pretende levar para discussão junto ao Conselho Federal (CFP). Identificou-se um conflito entre as normas do Contran (que exige o título de especialista para atuação) e a resolução do CRP (que exige dois anos de experiência para emitir o título), criando um ciclo impeditivo para novos profissionais. Observou-se um alto número de tentativas de utilizar práticas de estágio (anteriores à formatura) para comprovar experiência profissional. A Comissão mantém uma postura conservadora de indeferimento nesses casos, mas defende uma diretriz nacional unificada. Notou-se recorrência em solicitações de "empregado" sem a devida documentação (Carteira de Trabalho), com tentativas de burlar a análise através de documentos de profissional autônomo. Além disso, profissionais com experiência em Avaliação Psicológica têm solicitado o título em Psicologia do Trânsito. A Conselheira reforçou que, conforme a resolução, a experiência deve ser específica na área solicitada. Também, alertou para a tramitação no Senado de um projeto que torna obrigatório o exame psicotécnico na renovação da CNH. Caso aprovado, prevê-se um aumento exponencial na demanda por títulos de especialista em trânsito, o que torna urgente a resolução dos gargalos normativos citados. A Conselheira Juliana Nassau Fernandes apresentou parecer pela aprovação de 17 (dezessete) novos títulos de especialista sendo 2(dois) em Psicologia de Tráfego, 3(três) em Neuropsicologia, 2(dois) em Psicologia em Saúde, 3(três) em Psicologia Clínica, 1(um) Psicologia Jurídica, 2(dois) Psicologia Escolar e Educacional, 1(um) Psicologia Social, 1(um) Psicologia Organizacional e do Trabalho e 1 (um) Avaliação Psicológica e 1 (um) em Psicologia Hospitalar. Além desses, 09 (nove) pedidos foram indeferidos. **Deliberação:** Aberto para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes 10 deram anuência à listagem de registro de psicóloga(o) especialista deferidas e indeferidas. Aberto para votação às(aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes aprovaram por 15 votos favoráveis a concessão de 17 títulos de especialista e o indeferimento de 09 títulos de especialista.

Cine Diversidade: A Conselheira Laura Costa Lobo e o Conselheiro João Paulo da Silva Moraes apresentaram um diagnóstico crítico sobre o evento "Cine Diversidade". Foi revelado que o projeto consumiu quase R\$ 44.000,00 entre janeiro e setembro, apresentando baixíssima adesão (com alguns eventos registrando apenas 10 participantes). Além do alto custo por pessoa, foi relatada uma notificação jurídica sobre o uso do nome, que entra em conflito com projeto homônimo no Rio de Janeiro. Diante disso, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) propôs a extinção do formato atual e criação de um novo projeto (nome a definir); a periodicidade trimestral (em vez de mensal), focando em datas do calendário de Direitos Humanos; e a realização de eventos nas subsedes do interior e transmissão via web para ampliar o alcance e promover a interiorização. O plenário debateu a viabilidade de realizar os eventos na sede do CRP-MG para reduzir custos de locação do Cine Santa Tereza. A Conselheira Samantha Alves Pereira de Souza manifestou preocupação com a perda da conotação cultural ao retirar o evento de um cinema, além dos desafios logísticos de acesso ao prédio da sede à noite. Sobre a interiorização, os Conselheiros ressaltaram as dificuldades operacionais, pois algumas subsedes não possuem estrutura física como auditórios com datashow ou ar-condicionado, além disso, dificuldade de pessoal disponível para eventos noturnos. A sugestão final foi o mapeamento de parcerias com universidades locais e o apoio a palestrantes regionais para evitar custos de deslocamento da capital. Ficou deliberada a necessidade de uma reunião conjunta entre a CDH e a Comissão de Comunicação. O objetivo é resolver ruídos internos entre conselheiros e funcionários efetivos, garantindo que as diretrizes políticas da gestão sejam seguidas

e que os relatórios de adesão sejam entregues com precisão. Comunidades Terapêuticas: O Conselheiro Lucas Fernandes Ayres Pinto iniciou a fala alertando para o aumento exponencial do financiamento público destinado às Comunidades Terapêuticas, que atingiu a marca de R\$ 136 milhões em 2025, com previsão de quadruplicar em 2026. A preocupação central reside nas sistemáticas violações de Direitos Humanos relatadas, que incluem práticas de tortura, castigo físico e trabalho análogo à escravidão, ferindo tanto a Constituição Federal quanto tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. A discussão técnica evidenciou a dificuldade de fiscalização pelo CRP/MG, uma vez que as CTs não são obrigadas por lei a manter psicólogos em seus quadros, sendo muitas vezes geridas por ex-internos sem formação em saúde. O Conselheiro Lucas Fernandes Ayres Pinto propôs três cenários de atuação: a proibição da atuação de psicólogos nesses espaços (o que retiraria o poder de fiscalização do Conselho), a manutenção do modelo atual com notas de repúdio (considerada ineficiente) ou a luta por uma legislação estadual que obrigue a presença de profissionais de saúde, vinculando-os a normas éticas rigorosas que impediriam a convivência com abusos. A Conselheira Andressa Moreira Antunes reforçou a urgência da medida relatando casos extremos, como o uso de coquetéis de drogas não identificadas (denominados "Thanos") batidos com leite e servidos aos internos, além do "sequestro" de pacientes para evitar flagrantes durante inspeções do Ministério Público. Diante deste cenário, o plenário deliberou por assessorar tecnicamente os Deputados Estaduais que estiverem dispostos a construir a redação de um Projeto de Lei. Esta proposta visa substituir os convênios diretos por editais públicos, exigir o credenciamento anual obrigatório em órgãos de vigilância e tornar indispensável a presença de psicólogos no corpo clínico, garantindo assim mecanismos legais para a interrupção de repasses financeiros em caso de irregularidades. Ao final, houve um debate sobre a interface entre a prática profissional e as instituições de cunho religioso, que compõem 90% das CTs. O entendimento firmado foi de que o foco do Conselho deve ser o combate à violação de direitos, independentemente do credo institucional. **Deliberação:** Foi aberto espaço para manifestação das(os) Conselheiras(os) Suplentes, dos quais 10 (doze) expressaram anuência à continuidade do projeto de assessoria ao Poder Legislativo. Aberto para votação às(aos) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes aprovaram por 14 votos favoráveis. A Conselheira Nayara Priscila Koda Teixeira manifestou abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Lucas Fernandes Ayres Pinto, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelas(os) demais presentes. Belo Horizonte, 06 de dezembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Fernandes Ayres Pinto, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 23/03/2026, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Alcântara Santos da Conceição, Conselheira(o) Tesoureira(o)**, em 23/03/2026, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabelle Oliveira Pereira, Conselheira(o) Vice-Presidente**, em 23/03/2026, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Moreno, Conselheira(o) Presidente**, em 24/03/2026, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cfp.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2579065** e o código CRC **91F502E9**.